

INFORME DA REUNIÃO COM O MINISTRO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

- 1- Data: 8 de julho de 2010
- 2- Início: 11h35
- 3- Local: Salão nobre do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Bloco K da Esplanada dos Ministérios, 9º andar.
- 4- Representantes do ANDES SN: Márcio Antônio de Oliveira - Secretário Geral e Luiz Henrique Schuch – Vice-presidente.
- 5- Outras entidades: Dois representantes por cada uma de outras 11 entidades nacionais convidadas.
- 6- Representantes do Governo: Ministro Paulo Bernardo, Secretário Duvanier, Marcela e outros assessores.
- 7- Desenvolvimento:
 - a- Inicialmente, Duvanier dirigiu-se ao Ministro dizendo que ali estavam os representantes dos sindicatos relacionados com as medidas que estavam sendo preparadas;
 - b- O Ministro pronunciou-se dizendo que o governo está sob pressão por reajuste salarial, que estava trabalhando para corrigir distorções de algumas carreiras, mas ficou apertado por pressão de categorias com grande capacidade de influência, inclusive no Congresso Nacional, como os servidores do judiciário e policiais. Nesse contexto, qualquer iniciativa do governo gera comparações e muitos efeitos em cascata. Por isso, resolveu tomar a posição de não apoiar nenhuma dessas medidas. Declarou ainda que já havia levado ao Presidente da República e à Ministra da Casa Civil a posição de fazer correção em algumas carreiras, mas agora avaliou que seria visto como precedente e aumentaria o volume dos constrangimentos que o governo vem sofrendo. Concluiu dizendo que estava ali para apresentar às entidades essa justificativa, registrar que não vai ser possível enviar projeto de lei, ouvir as entidades e dizer que tudo aquilo que avançamos ainda permanece como acúmulo, porém, agora como parte do balanço dos últimos seis meses do governo.
 - c- O Secretário Duvanier complementou dizendo que cumpriu os acordos, mas agora tem limites legais impostos, por exemplo, pela LDO e Lei de Responsabilidade Fiscal, não pode haver repercussão financeira, e, além disso, se impõe o limite ético de não fazer comprometimentos que recaiam sobre o próximo governo. Concluiu dizendo que pretende deixar Memorial para o próximo governo. Foi complementado por sua assessora Marcela que afirmou manter o trabalho da secretaria no segundo semestre, o qual agora pode ser focado em outras coisas, tais como avançar em

- regulamentações para progressão e na avaliação de desempenho, já prevista em lei;
- d- Aberta a palavra para as entidades, seguiu-se um momento puxado pela manifestação do representante da CONDSEF, à qual se seguiram outras, cuja tônica foi considerar manchado o processo de negociação estabelecido com o governo, a confiança abalada diante da expectativa criada pelo governo perante as categorias e agora os dirigentes das entidades é que terão que responder aos seus representados. Chegou a ser mencionada a sensação de “enrolação” e utilizadas expressões como “fomos cozinhados nos últimos seis meses”. Alguns representantes de entidades indagaram: para quando vão ficar as correções das distorções já detectadas e que não possuem impacto financeiro?
- e- O Ministro interrompeu para manifestar que não pode ser essa a forma de negociação em que o sindicato tenciona ao limite sem solução só para ficar bem com a base e afirmou que o Presidente Lula decidiu só fazer encaminhamentos depois das eleições e naquilo que tiver acordo com o governo eleito. Foi seguido por nova manifestação do Duvanier. Este afirmou que a decisão de não encaminhar o PL não significa que deixará de ter compromisso com o que vinha sendo discutido e aventou que pode ser aberta alguma possibilidade legislativa a partir de novembro, desde que haja acordo com a categoria, que não haja repercussão financeira e se tenha a concordância quando, já houver interlocutores credenciados pelo próximo governo.
- f- A manifestação da representação do ANDES SN foi feita no seguinte teor: A desconstituição da Mesa Nacional de Negociações Permanente foi um retrocesso e a rejeição, por parte do governo, da possibilidade de avançar no debate a respeito das Diretrizes dos Planos de Carreira, a partir da proposta concreta apresentada pelas entidades dos servidores públicos federais, impediu que o debate sobre cada uma das carreiras ocorresse num ambiente de transparência e voltado a atingir os pressuposto de uma política de pessoal pactuada. Foi reafirmada a impropriedade de tratar de reajustes salariais e de reestruturações de carreira como se fosse uma coisa só. A respeito do salário dos professores das IFES, é evidente a discrepância em relação aos salários pagos a outras categorias do serviço público federal (a carreira de C&T é só um exemplo entre outros que mais gravemente evidenciam o achatamento do salário dos docentes). É também evidente a desorganização que foi imposta a malha salarial e a discriminação aos aposentados. A este respeito, o ANDES SN apresentou ao governo uma proposta clara de malha salarial, reiterada desde a campanha de 2009. No entanto, os interlocutores governamentais jamais se dispuseram a estabelecer um processo efetivo de negociações e agora, tendo em vista informações prestadas pelo Ministro, lamentavelmente as possibilidades voltam a ser afastadas. Já quanto a reestruturação da